Sexta-Feira, 05 de Setembro de 2025

Denúncias de fraudes no INSS foram ignoradas desde 2019, diz diretora da CGU em CPI

Eliane Mota afirmou que o então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, não suspendeu acordos mesmo após alertas

Durante audiência na **CPI do INSS**, nesta quinta-feira (4), a diretora de Previdência da Controladoria-Geral da União (CGU), Eliane Mota, revelou que as **primeiras denúncias** sobre fraudes em aposentadorias chegaram ao órgão ainda em 2019, por meio do Ministério Público do Paraná.

Segundo ela, o MP-PR vinha recebendo reclamações de beneficiários sobre o crescimento da arrecadação de entidades através de **descontos associativos irregulares**. A CGU encaminhou alertas formais, incluindo uma **denúncia feita no ano passado**, antes da operação da Polícia Federal que desarticulou parte do esquema em 2025.

Eliane afirmou que o então presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, **demitido pelo presidente Lula** em abril, recebeu comunicação direta da CGU em 2024, mas ignorou a recomendação de suspender os Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados com entidades suspeitas, que apresentavam **crescimento vertiginoso em suas receitas**.

“Ele disse que faria uma análise das informações apresentadas e avaliaria a possibilidade de executar o que foi proposto. Não foram suspensos os ACTs até a operação da PF em 2025”, disse a diretora.

A CPI pretende usar o depoimento para detalhar como ocorreram as auditorias da CGU em relação aos descontos aplicados nos benefícios do INSS.

Relatório da CGU apontou irregularidades

Um relatório da CGU, publicado em maio, já havia identificado **inclusões em massa de descontos irregulares** desde 2016, com picos nos anos de 2018, 2023 e 2024.

Foram registradas 59 situações em que uma única entidade fez ao menos 50 mil inclusões em benefícios em um único mês, o que representa cerca de **2.500 autorizações de descontos por dia útil**.

Frei Chico no radar da CPI

Na mesma sessão, a CPI aprovou requerimento para quebra de sigilo das pessoas que atuaram em nome do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical (Sindnapi) entre 2015 e 2023.

A entidade tem como vice-presidente José Ferreira da Silva, o Frei Chico, **irmão do presidente Lula**. Os parlamentares querem verificar se houve algum tipo de participação dele no esquema de fraudes envolvendo aposentados.

fonte diariodonordeste.com